

A EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

*SEX EDUCATION IN EARLY ELEMENTARY SCHOOL AS A MEASURE TO
COMBAT CHILD SEXUAL ABUSE*

Juliano Agapito

RESUMO

Essa pesquisa reconhece a escola como uma instituição que precisa estar preparada para detecção e intervenção em casos de Violência Sexual Infantil, sendo assim, investiga o seguinte problema de pesquisa: os professores das escolas públicas de Joinville/SC reconhecem a Educação Sexual como medida de enfrentamento a Violência Sexual nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Tem como objetivo geral verificar se a Educação Sexual é abordada nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas de Joinville/SC, e como objetivo específico investigar se a escola reconhece a Educação Sexual como uma forma de enfrentamento à Violência Sexual Infantil. Teoricamente baseada em Brino e Williams (2003) que destacam que um dos principais objetivos da escola é garantir a qualidade de vida de seus alunos, a reconhecendo como uma peça fundamental na identificação de casos de Abuso Sexual Infantil, essa pesquisa apresentará a Educação Sexual nas escolas públicas como uma grande aliada no enfrentamento à Violência Sexual contra crianças. Dessa forma, ao longo do trabalho serão abordadas as definições de Abuso Sexual pelas mesmas autoras, e definição de Educação Sexual por Figueiró (2006), para contextualizar a pesquisa e construir importantes reflexões acerca da temática. No que se refere à sua metodologia, a pesquisa que caracteriza-se como descritiva e de levantamento, foi realizada com 21 professores de escolas públicas que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e aplicada mediante um questionário via Google Formulário. Quanto aos resultados, constatou-se que apesar da ausência de promoção de formação continuada sobre Educação

Sexual, os professores abordam superficialmente a questão em sala de aula e reconhecem que podem auxiliar no enfrentamento à Violência Sexual Infantil.

Palavras-chave: Educação sexual; violência sexual infantil; professores; anos iniciais.

ABSTRACT

This research recognizes the school as an institution that needs to be prepared for detection and intervention in cases of Child Sexual Violence, therefore, it investigates the following research problem: teachers in public schools in Joinville/SC recognize Sexual Education as a measure of coping with Sexual Violence in the early years of Elementary School? Its general objective is to verify whether Sexual Education is covered in the early years of Elementary School in public schools in Joinville/SC, and its specific objective is to investigate whether the school recognizes Sexual Education as a way of combating Child Sexual Violence. Theoretically based on Brino and Williams (2003) who highlight that one of the main objectives of the school is to guarantee the quality of life of its students, recognizing it as a fundamental piece in the identification of cases of Child Sexual Abuse, this research will present Sexual Education in public schools as a great ally in combating Sexual Violence against children. Thus, throughout the work, the definitions of Sexual Abuse by the same authors will be addressed, and the definition of Sexual Education by Figueiró (2006), to contextualize the research and build important reflections on the topic. Regarding its methodology, the research, which is characterized as descriptive and survey, was carried out with 21 teachers from public schools who work in the Initial Years of Elementary School, and applied using a questionnaire via Google Form. Regarding the results, it was found that despite the lack of promotion of continued training on Sexual Education, teachers superficially address the issue in the classroom and recognize that they can help in combating Child Sexual Violence.

Keywords: Sex education; child sexual violence; teachers; initial series.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a questão da Educação Sexual e reconhece a escola como uma instituição que precisa estar preparada para a detecção e intervenção em casos de Violência Sexual contra crianças e adolescentes. Sendo assim, investiga a Educação Sexual como medida de enfrentamento à Violência Sexual Infantil em escolas públicas de Joinville/SC, direcionando o olhar para a abordagem dessa temática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Considera-se que, diferente de outros tipos de violência, a Violência Sexual Infantil não é um crime facilmente detectável, o que dificulta a identificação e facilita para que ocorra de maneira silenciosa. Diante disso, este estudo parte do seguinte questionamento definido como problema de

pesquisa: os professores das escolas públicas de Joinville/SC reconhecem a Educação Sexual como medida de enfrentamento a Violência Sexual nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

A partir da problematização concernente a essa questão, estabeleceu-se como objetivo geral a intenção de verificar se a Educação Sexual é abordada nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas de Joinville/SC. No que tange ao objetivo específico, busca-se investigar se a escola reconhece a Educação Sexual como uma forma de enfrentamento à Violência Sexual Infantil, trazendo principalmente a posição dos professores com relação à abordagem da Educação Sexual em sala de aula.

Dentre os elementos disparadores para o interesse sobre essa temática, pode-se mencionar a visibilidade que a campanha de conscientização do abuso e exploração sexual infantil no Brasil recebeu da mídia, no mês de maio de 2020. Essa campanha trouxe dados expondo que a maior parte das vítimas de Abuso Sexual eram crianças e adolescentes, e que tais abusos, de acordo com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), tratavam majoritariamente de casos intrafamiliares (BRASIL, 2022a). Além disso, se faz necessário levar em conta o isolamento social para conter a propagação do vírus da COVID-19, quando parte das vítimas desta violência estava convivendo integralmente com seus abusadores em seus lares, dificultando assim as chances de intervenção de terceiros.

Na mesma linha de combate à Violência Sexual, a Organização Não Governamental (ONG) Instituto Liberta divulga conteúdos por meio das redes sociais e campanhas para reflexões e desnaturalização a respeito da temática. À vista disto, atua com a finalidade de fazer com que as pessoas falem e tenham dimensão acerca da Violência Sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2022c).

Optou-se por direcionar o estudo para os anos iniciais, por tratar-se da menor faixa etária do Ensino Fundamental, e considerando que a inocência pode ser uma facilitadora à Violência Sexual. Além disso, a atuação dos pesquisadores como docentes em instituições de Educação Básica trouxe o entendimento de que o papel da escola vai além das camadas educativas, sendo também dever da escola zelar pela proteção e promover ações preventivas a qualquer ato que ameace a segurança e a qualidade de vida dos alunos.

Para conhecer mais sobre o assunto, foi realizado um balanço das produções acadêmicas na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Os estudos encontrados evidenciaram, de modo geral, a questão de como as informações sobre essa temática são insuficientes para os profissionais da educação. Do mesmo modo, as pesquisas já realizadas na área indicam a necessidade de processos

formativos direcionados aos professores, para que tenham condições de agir e tomar as devidas e adequadas providências frente a casos de Violência Sexual Infantil que venham a identificar ao longo de sua prática profissional.

Com destaque, o artigo denominado “exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexão sobre o papel da escola” (Campos; Urnau, 2021), analisa a responsabilidade da escola no enfrentamento da exploração sexual de crianças, e revela que a maioria dos agentes escolares desconhece a problemática,. A partir do estudo de campo desenvolvido pelos autores, também evidencia que nenhuma das escolas pesquisadas possui a Educação Sexual inclusa no Projeto Político Pedagógico da instituição, ou mesmo desenvolve ações de enfrentamento para combater esta violência.

Com base nesse contexto, essa pesquisa apresenta uma metodologia descritiva, foi desenvolvida por meio de um estudo de levantamento, e conta com a participação de 21 professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas do município de Joinville/SC, que responderam a um questionário para apresentar suas contribuições à investigação.

Portanto, a seguir será apresentado o referencial teórico utilizado para embasar a pesquisa, que trará definições que permeiam a Educação Sexual e a Violência Sexual Infantil, bem como o amparo legal e o resgate histórico sobre a inserção desse tema no âmbito escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Abordar a Educação Sexual nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas refere-se, antes de tudo, à compreensão acerca da definição de Educação Sexual. Na concepção de Figueiró (2006), refere-se a toda ação relacionada ao processo ensino-aprendizagem voltado para a sexualidade humana, seja no âmbito do conhecimento de informações básicas, ou no nível de discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual.

Mediante a adoção dessa concepção de Educação Sexual, se torna necessário, também, abordar o seu papel no enfrentamento à Violência Sexual Infantil, o que demanda a identificação do quem vem a ser definido como Abuso Sexual. De acordo com o que é citado por Pires (1999 *apud* Brino; Williams, 2003, p. 2), trata-se de “qualquer interação, contato ou envolvimento da criança em atividades sexuais que ela não compreende, não consente, violando assim as regras sociais e legais da sociedade”.

Apesar de não ser uma questão recente, e se manifestar em todas as classes sociais, a Violência Sexual no Brasil só foi considerada como uma forma de violência aos direitos das crianças e dos adolescentes em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Santos; Coimbra, 2006).

Dessa maneira, o ECA assegura, sob a lei nº 8.069/1990, absoluta prioridade na efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, dignidade e educação. Também destaca, no artigo 5º, que nenhuma criança servirá de objeto de qualquer forma de negligência, exploração ou violência, e que tal ação ou omissão implicará nas devidas punições (BRASIL, 1990). Entretanto, para que a proteção integral da criança realmente se concretize, é necessário que além da proposição e implementação de políticas públicas, ocorra também o engajamento de toda a sociedade civil para sua efetivação.

De acordo com a análise epidemiológica da Violência Sexual contra crianças e adolescentes no país (BRASIL, 2018), entre os anos de 2011 e 2017, o local mais apontado em que ocorre esse tipo de violência é a própria residência das vítimas, especialmente no que concerne a crianças e adolescentes do sexo feminino. Nesse sentido, Brino e Williams (2003, p. 3) trazem a escola como uma peça fundamental na identificação desses casos, defendem que “a escola mostra-se o lugar ideal para detecção e intervenção em casos de Abuso Sexual Infantil”, pois partem da premissa de que um dos principais objetivos da escola é garantir a qualidade de vida de seus alunos.

Altmann (2001), ao estudar a orientação sexual com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), cita a inserção da Educação Sexual formal na escola durante as décadas de 60 e 70, chegando a se desenvolver trabalhos de Educação Sexual nas escolas públicas. Entretanto, essas experiências foram extintas em 1970 em virtude da declaração da Comissão Nacional de Moral e Civismo que era contra o projeto de lei que incluía a obrigatoriedade da Educação Sexual nas propostas escolares.

Em texto intitulado *educação sexual na escola com a participação da família e o uso de novas tecnologias da educação: um levantamento bibliográfico*, Reis e Maia (2004 *apud* Ribeiro, 2012) comentam que mais tarde, na década de 90, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) retornaram com a ideia de incluir a Sexualidade como tema a ser abordado nas escolas públicas de Ensino Fundamental.

Contudo, a proposta de inserção da sexualidade nos PCN estava associada a uma dimensão epidêmica de casos de gravidez indesejada na adolescência, HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Dessa forma, criou-se o tema de Orientação Sexual nas escolas para ser trabalhado de maneira transversal ao longo de todos os ciclos de escolarização. Porém, como a Orientação Sexual não se estabeleceu como uma disciplina e pôde ser facultativa pelas escolas na

Monumenta – Revista de Estudos Interdisciplinares. Joinville, v. 6,
n. 11, jul./dez., 2025. p. 26-45. ISSN 2675- 7826.

elaboração de suas propostas, o contato dos alunos com a temática continuou ocorrendo de maneira superficial.

De acordo com Altmann (2001), em 1993 foi realizada uma pesquisa por meio do Instituto DataFolha que constatou que 82% dos pais aprovavam a prática de Orientação Sexual nas escolas. Mas, ainda assim, essa visibilidade positiva estava vinculada a questões de saúde, como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez na adolescência, sem a menção de ações preventivas à Violência Sexual. Em março de 2022, ocorreu um novo levantamento do Instituto DataFolha referente à opinião dos brasileiros sobre temas ligados à temática, e apontou que 73% dos respondentes são a favor da Educação Sexual no currículo escolar (DATAFOLHA, 2022).

Apesar disso, a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) não contempla a Educação Sexual como conteúdo para o Ensino Fundamental, nem mesmo de modo transversal como nos PCN. O documento faz referência à noção de sexualidade de maneira superficial, mencionando a temática apenas no componente curricular de Ciências do oitavo ano do Ensino Fundamental. Essa abordagem da Sexualidade dá ênfase na reprodução humana e doenças sexualmente transmissíveis, sem citar a prevenção à Violência Sexual, minimizando a amplitude do tema e negligenciando o papel da escola e da sociedade na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Nessa perspectiva, e como representação de uma proposta de Educação Sexual atenta à proteção infantil, o Guia Escolar - *Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* - expõe o intuito de “assegurar que a escola possa ser um espaço importante de conscientização dos Direitos Fundamentais e de construção dos sentimentos de Cidadania, Solidariedade e Respeito” (Santos; Ippolito, 2011, p. 10). O documento destaca a importância de investir na qualificação dos profissionais de educação que, deste modo, podem desenvolver projetos e ações inserindo a temática no planejamento educacional.

Ademais, o Guia Escolar é uma ferramenta de conhecimento para os educadores e educandos quanto ao enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes. Sendo assim, traz informações para instruir a escola e os profissionais, contribuindo também na prevenção dessa violência. Do mesmo modo, aponta a importância de ações rápidas e eficientes para cessar a violência. “Quando crianças ou adolescentes sofrem qualquer tipo de violência e não recebem ajuda por parte da comunidade, da escola ou mesmo da sociedade, internalizam a concepção de que a agressão é algo aceitável, assim perpetuando a espiral da violência”(Santos; Ippolito, 2011, p. 14).

Além disso, a ONG Instituto Liberta atua no enfrentamento à Violência Sexual contra

crianças e adolescentes, fazendo com que as pessoas enxerguem a dimensão desta violência e desnaturalizem o crime até o ano de 2023. Assim, com o objetivo de dialogar acerca da temática de Violência Sexual contra crianças e adolescentes, o Instituto por meio do Programa Papo Liberta propõe rodas de conversa aos profissionais da Educação e Assistência Social (BRASIL, 2022c).

O Programa Papo Liberta apresenta aos profissionais da Educação e Assistência Social, dados e fundamentação legal para auxiliá-los na desmistificação de fatos sobre o assunto. O programa ressalta a necessidade de que os profissionais compreendam a importância do seu papel, busca orientá-los como atuar de forma integrada com a rede de proteção do enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2022c).

Desse modo, fica evidente que é possível promover ações de formação de professores e demais profissionais da educação para a promoção adequada de uma Educação Sexual que, de fato, leve subsídios a crianças e adolescentes para reconhecer eventuais situações de abuso e buscar proteção mediante a garantia de seus direitos.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão está associada a uma abordagem descritiva, que conforme Gil (2008, p. 28) “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis [...]”. O autor também descreve, sobre este tipo de pesquisa, que “uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados” (Gil, 2008, p. 28).

Já no que se refere aos procedimentos técnicos da investigação, foi desenvolvido um estudo de levantamento. As pesquisas de levantamento, de acordo com Gil (2008, p. 55), “se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Dessa forma, esse tipo de pesquisa consiste no processo de busca de informações, a ser realizado com um grupo específico de pessoas, onde essas terão suas respostas coletadas para produção de dados a serem analisados.

Nesse intuito, o instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário, mecanismo que, segundo Gil (2008), é responsável por nortear a investigação trazendo informações sobre os comportamentos e vivências dos sujeitos participantes da pesquisa. O autor também define questionário como “a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas à pessoa com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças,

sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente, passado etc.” (Gil, 2008, p. 121).

Assim, os participantes da pesquisa foram 21 professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental atuantes em escolas públicas da região de Joinville/SC. Os questionários foram aplicados com estes profissionais de modo *online*, que responderam questões abertas e fechadas de acordo com suas percepções e experiências relacionadas à temática da Educação Sexual nas escolas.

Diante desse desenho metodológico, na sequência do artigo será apresentada a análise de dados com base na contribuição dos professores que participaram da pesquisa. Esta sequência contemplará os dados e suas interpretações que possibilitam uma análise detalhada sobre a escola e o reconhecimento da Educação Sexual como uma forma de prevenção à Violência Sexual, bem como o posicionamento dos professores com relação à abordagem da temática nas escolas.

ANÁLISE DE DADOS

Esse processo de análise de dados está ancorado nos princípios fundantes da Análise de Conteúdo, que conforme Bardin (2011, p. 37) “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Para a autora, não se trata apenas de um instrumento para analisar dados, mas de um leque de possibilidades, marcado por variadas formas de adaptação ao campo das comunicações, que no contexto dessa pesquisa refere-se ao diálogo proposto entre os participantes da pesquisa, o referencial teórico adotado e os pesquisadores responsáveis pelo estudo.

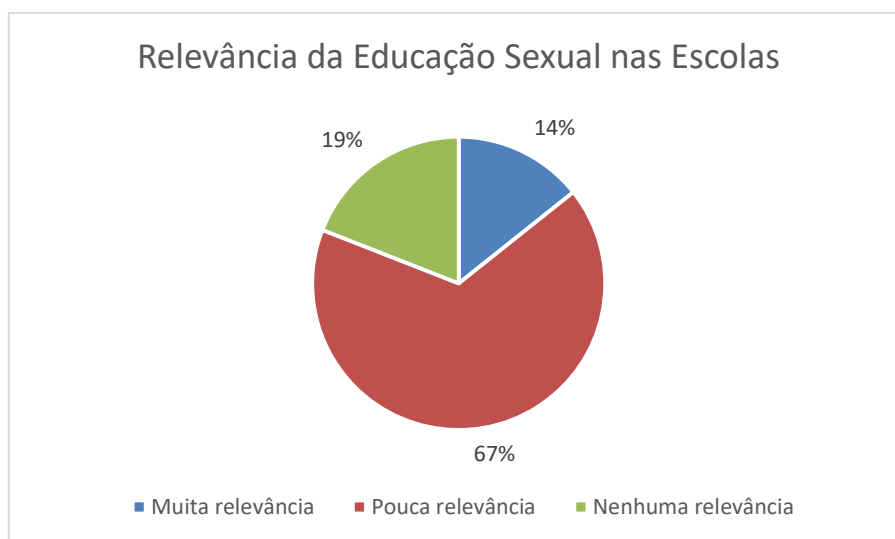
Os participantes da pesquisa foram 21 docentes de escolas públicas de Joinville/SC, que lecionam para os anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo a maior parte deles professores que atuam com turmas de primeiro e quinto ano. No decorrer do texto, quando tais participantes forem mencionados, serão identificados por números, de 1 a 21. A apresentação dos resultados se dará pelo número de participantes respondentes à cada questão, com o respectivo percentual correspondente à cada número, entre parênteses.

Inicialmente, o gráfico 1 refere-se à opinião dos participantes sobre a relevância que a escola dá para a Educação Sexual. Sobre tal tópico, 14 (66,7%) participantes disseram que essa relevância é pouca, pois o tema raramente é abordado, e 4 (19%) responderam que nunca viram esse tema sendo abordado na escola. Nesse sentido, Reis e Maia (2012, p. 190) se posicionam defendendo a ideia de que “todo o trabalho de educação sexual deve ser conjunto, e interdisciplinar, pois a sexualidade é, também, construída coletivamente”. Dessa forma, entende-se que há controvérsias

no trabalho integrado que a escola deveria manifestar com relação à Educação Sexual, uma vez que a abordagem da temática tem se mostrado superficial no âmbito escolar.

Em contraponto, o menor percentual identificado no gráfico 1 revelou que apenas 3 (14,3%) participantes atuam em instituições que abordam a temática e a enxergam como um assunto relevante, incluindo essa discussão no Projeto Político Pedagógico da escola. Nessa perspectiva de pouca visibilidade para o tema, Santos e Ippolito (2011) dizem que há dificuldades para compreender a relevância da Educação Sexual como enfrentamento à Violência Sexual no espaço escolar, isso devido à visão limitada de infância que a sociedade ainda carrega.

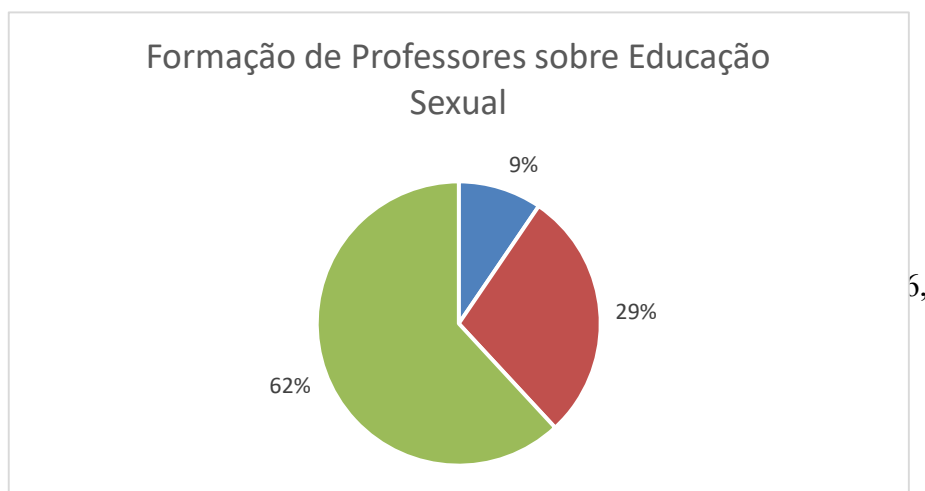
Gráfico 1 – Relevância que a escola dá para a Educação Sexual



Fonte: Coleta de dados da pesquisa.

No que diz respeito à promoção da formação dos professores sobre Educação Sexual nos espaços escolares, 13 (61,9%) participantes responderam que a escola em que atuam nunca promoveu formação sobre a temática. Entretanto, 6 participantes (28,6%) disseram que raramente as instituições realizavam formação dos professores a respeito da temática, e apenas 2 (9,5%) responderam que acontecia com frequência. O gráfico 2 ilustra estes números.

Gráfico 2- Formação aos professores sobre Educação Sexual



Fonte: Coleta de dados da pesquisa.

Nesse sentido, Campos e Urnau (2021) questionam a importância que a escola dá para a proteção da criança, e como essa instituição enxerga a necessidade dos professores conhecerem a temática da Educação Sexual, reconhecendo também que a Violência Sexual refere-se à uma grave violação de direitos humanos.

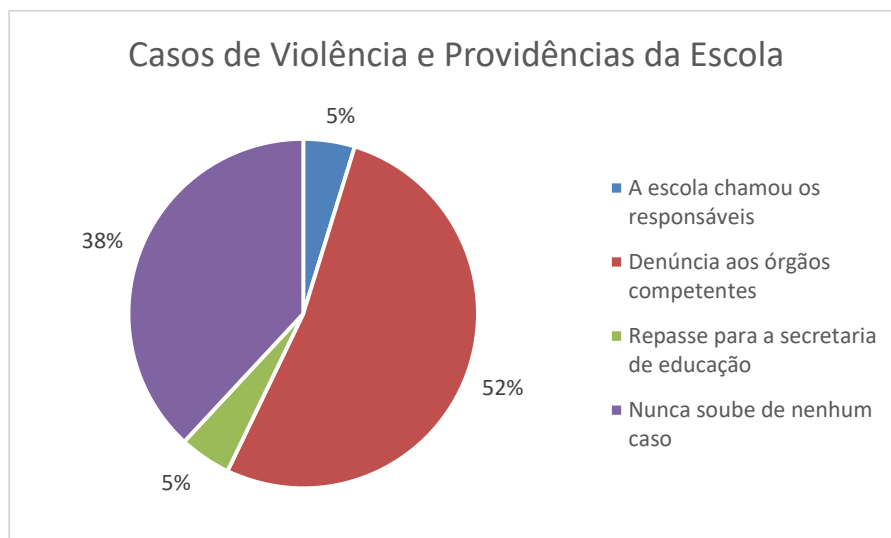
Sendo assim, Santos e Ippolito (2011, p. 9) apontam que “os professores precisam de um processo de capacitação continuada para elaborar projetos e ações que visem a inserção do tema no planejamento escolar”. Desta forma, é válido ressaltar a existência do Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que traz as seguintes orientações:

Todas as partes do Guia Escolar foram concebidas para ajudar a escola a preparar materiais didáticos simples, que possam ser utilizados de maneira prática em reuniões de professores, cursos de capacitação, jornadas pedagógicas, reuniões com pais e, sobretudo, nas salas de aula. A escola pode utilizar o conteúdo do Guia Escolar em aulas expositivas, reproduzir partes dele em transparências, fazer cópias ampliadas, criar cartazes, ou mesmo buscar patrocínio local para imprimir cartazes e panfletos informativos (Santos; Ippolito, 2011, p. 19).

Tendo em vista os pontos mencionados pelos autores, percebe-se que há materiais para formação docente, entretanto, parece não haver o engajamento adequado por parte dos diversos atores escolares para promover formação continuada aos professores. Nesse sentido, Signor e Henz (2014) ressaltam a importância da formação continuada, uma vez que ela integra o processo de desenvolvimento profissional docente.

Na sequência, foi questionado aos participantes se eles tinham conhecimento de algum caso de Violência Sexual na escola e quais foram as providências tomadas diante dessa situação. O gráfico 3 revela que 11 (52,4%) participantes tiveram conhecimento de situações de Violência Sexual e que em tais casos as escolas realizaram denúncia ao Conselho Tutelar ou outro órgão competente. Cabe ressaltar que tal providência é condizente com o ECA, e está localizada no artigo 245 do documento, que diz:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente (BRASIL, 1990, artigo 245).

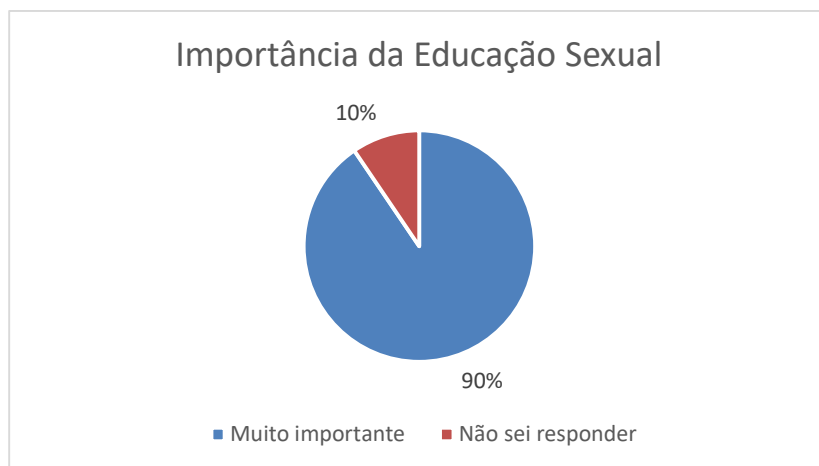
Gráfico 3 - Conhecimento de casos de Violência Sexual e providências tomadas pela escola

Fonte: Coleta de dados da pesquisa.

A segunda maior porcentagem da pesquisa (8 participantes, 38,1%) nunca soube de casos de violência sexual nas escolas em que atuou. O desconhecimento de casos é atribuído ao caráter silencioso da violência, que leva à falta de visibilidade e subnotificação (Instituto Liberta, 2022b). Alternativamente, pode estar ligado a dificuldades na identificação dos sinais pelas escolas o que também contribui para o silenciamento (Campos e Urnau, 2021).

No que concerne à opinião dos participantes sobre a importância da educação sexual ser abordada na sala de aula, o gráfico 4 mostra que 19 (90,5%) participantes consideram o tema muito importante e 2 (9,5%) não souberam responder.

Gráfico 4 - Importância da Educação Sexual ser abordada em sala de aula.



Conforme o entendimento da maior porcentagem dos participantes, Maia (2011) faz referência à Educação Sexual enquanto ciência da educação e como ferramenta de intervenção pedagógica que visa proporcionar ao aluno conhecimento, reflexão e questionamento.

Na continuidade da pesquisa, foi solicitado aos participantes que comentassem a resposta anterior de acordo com seu entendimento sobre a importância da Educação Sexual em sala de aula. Nesse sentido, o participante 6 considera: “na minha opinião, seria muito importante ser abordado nos anos finais do ensino fundamental”.

A inclusão da Educação Sexual em sala de aula é urgente. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) revelam que 61,3% das vítimas de estupro no Brasil são menores de 13 anos. Portanto, abordar o tema apenas nos anos finais do Ensino Fundamental seria uma intervenção, não uma prevenção, pois o crime ocorre em idades ainda mais precoces.

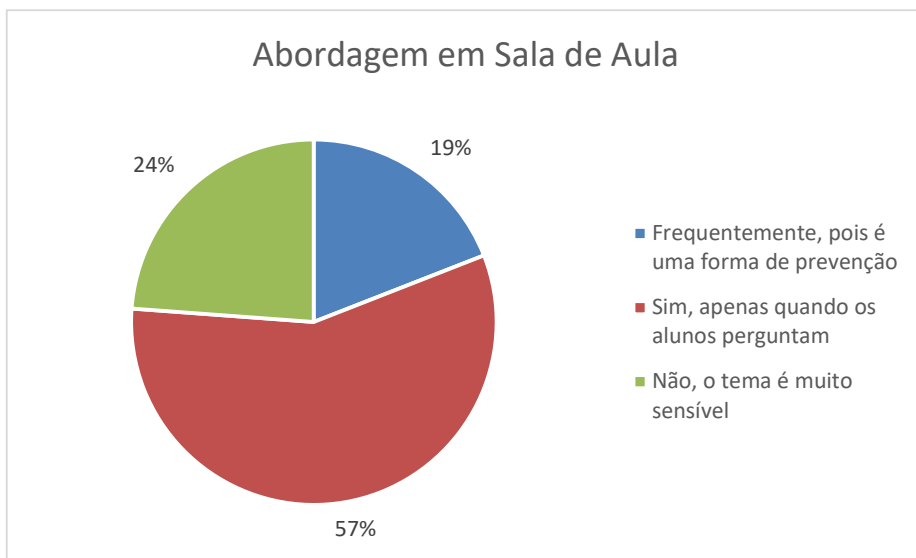
O Participante 9 destacou que tabus e desinformação sobre Educação Sexual geram oposição à sua abordagem em sala de aula. Contudo, ele reconhece a extrema importância do tema para promover o autocuidado e a prevenção de violências sexuais. De acordo com suas palavras:

Dessa forma, creio que atualmente, ainda que as pessoas se achem informadas no assunto, a grande parte quando pensa na educação sexual logo pensa no ato do sexo. O que gera grandes debates de oposição para que ela seja desenvolvida nas escolas, pois acham que elas irão, quando trabalhar, estimular o sexo. Entretanto, a educação sexual potencializa conhecimentos de autocuidado, respeito, conhecimentos do corpo humano, alertas de violência sexual e direcionamento para pedir ajuda, auxílio na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce (PARTICIPANTE 9).

No tocante à abordagem da temática, 12 (57,1%) professores responderam que abordam a temática somente quando os alunos perguntam, 5 (23,8%) disseram que não abordam, pois consideram o tema muito sensível, e 4 (19%) apontaram que a Educação Sexual é frequentemente abordada, tendo em vista que reconhecem que tal medida auxilia na prevenção de abusos. O gráfico

5 representa esses resultados:

Gráfico 5 - Abordagem da temática da Educação Sexual em sala de aula.

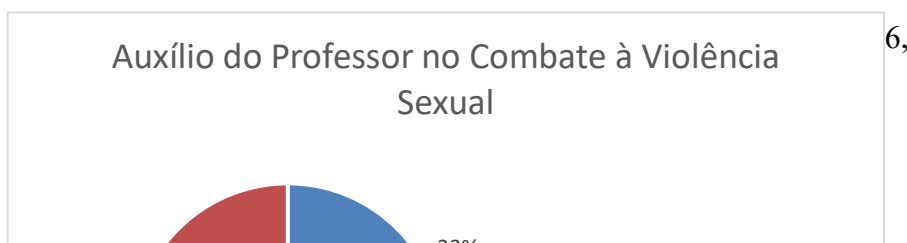


Fonte: Coleta de dados da pesquisa.

Diante dos números, nota-se que a abordagem da Educação Sexual em sala de aula ainda é pouco praticada. Assim, Campos e Urnau (2021, p. 2) afirmam que “impossibilitar o acesso a informações e espaços de proteção a este público pode impedir, por exemplo, a coibição e ruptura do ciclo de violência sexual ao qual se pode estar submetido”. Dessa maneira, as autoras enfatizam a relevância que as escolas assumem como um local primacial para dar voz ao combate à Violência Sexual e elaborar medidas educativas que visem promover os direitos humanos de seus alunos.

Referente à crença na possibilidade dos professores poderem auxiliar no combate à Violência Sexual, 14 (66,7%) participantes ressaltaram que sim, isso se torna possível inserindo a temática nos assuntos em sala de aula e promovendo ações preventivas. No que diz respeito às outras 7 (33,3%) respostas, os participantes informaram que o professor pode auxiliar no combate à Violência Sexual apenas se possuir uma formação adequada para isso.

Gráfico 6: Possibilidade de auxílio do professor no combate à Violência Sexual.



Fonte: Coleta de dados da pesquisa.

Com relação à afirmação dos 14 participantes que consideram a figura dos professores como peça fundamental para promover ações de prevenção à Violência Sexual, materiais como o já mencionado Guiar Escolar para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes auxiliam o corpo docente a firmar seu compromisso em combater a Violência Sexual contra crianças e adolescentes.

Portanto, como ação para concretizar essa responsabilidade, “a comunidade escolar deve se conscientizar sobre a gravidade da violência sexual contra crianças e adolescentes e aprender a enfrentá-la por meio da prática pedagógica cotidiana” (Santos; Ippolito, 2011, p. 20).

Quanto à resposta dos 7 participantes que atrelam a Educação Sexual a uma suposta formação adequada, estas se referem à uma concepção distorcida da participação docente no processo de enfrentamento à Violência Sexual. Nessa perspectiva, Santos e Ippolito (2011) falam sobre a necessidade de todos os profissionais do ambiente escolar serem integrantes da rede de proteção às crianças e adolescentes, sendo assim, uma formação específica na área não é um fator determinante para que a abordagem da Educação Sexual aconteça. Posto isto, Figueiró (2006) pontua que é importante salientar partir-se do princípio de que todos são educadores sexuais, seja os pais, professores, demais profissionais da educação, saúde e a comunidade em geral, estando ou não conscientes disso, uma vez que, no contato com crianças, adolescentes e jovens, acaba-se por passar, mesmo que informalmente, várias mensagens, implícitas ou explícitas, sobre a sexualidade, contribuindo para que os estudantes construam suas ideias, seus valores e seus sentimentos em relação a ela.

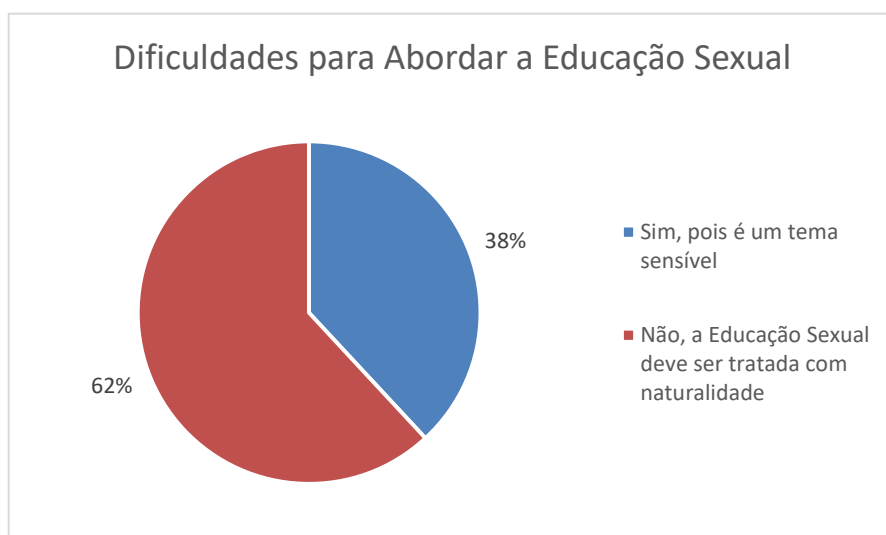
Ademais, nenhum participante respondeu que era somente o papel da família auxiliar no combate à Violência Sexual. De acordo com Altmann (2001), em 1976 a família assumia a posição oficial para ser responsável pela Educação Sexual de seus filhos, assim, nota-se que esse pensamento foi amadurecido e mudou ao decorrer do tempo. Altmann (2001) também relata que, já no ano de 1993, foi constatado que 82% dos pais aprovaram a prática de Orientação Sexual nas escolas.

Ademais, o dado mais recente de 2022 apresentou informações sobre a abordagem da Educação Sexual, apontando que 73% dos brasileiros concordam com a inclusão da temática no currículo escolar. Sob outra ótica, Figueiró (2009) apresenta que há famílias que incomodam-se com a abordagem da temática de Educação Sexual na escola, com receio que sejam transmitidos para seus filhos os valores defendidos pelos professores.

Sendo assim, os professores têm ciência que essa iniciativa também cabe à escola e seu corpo docente, pois segundo Paro (2010), a escola tem por objetivo o pleno desenvolvimento do aluno, bem como o preparar para o exercício da cidadania.

Por fim, foi perguntado sobre dificuldades ou constrangimento em abordar a temática da Educação Sexual em sala de aula. Como pode-se observar no gráfico 7, 13 (61,9%) participantes disseram que não sentem dificuldades ou constrangimento, pois o tema deve ser abordado com naturalidade. Ao encontro desse posicionamento, Figueiró (2001) afirma que houve um avanço significativo no reconhecimento da Educação Sexual no cenário brasileiro.

Gráfico 7 - Dificuldades e constrangimentos em abordar a temática de Educação Sexual em sala de aula.



Fonte: Coleta de dados da pesquisa.

Por outro lado, 8 (38,1%) participantes disseram que sentem dificuldades e constrangimento ao tocar no assunto, pois consideram o tema sensível. Sobre esse posicionamento,

Garbarino (2021) menciona em sua pesquisa a questão da vergonha, não só de professores, mas também da família em abordar questões sobre sexualidade. A autora retrata especialmente o pudor e inibição dos professores para falar sobre Educação Sexual e a insegurança da escola em abordar a questão devido ao medo de represálias das famílias.

Portanto, é perceptível que a escola ainda é o local mais propício para proporcionar momentos de conhecimento sobre o corpo, falas sobre consentimento e para atuar na prevenção às violências contra as crianças e os adolescentes, uma vez que as famílias também não se sentem preparadas para iniciar as falas e esclarecer dúvidas. Para que os professores realizem o trabalho de educar sexualmente as crianças, é necessário que haja um esclarecimento sobre o assunto com as famílias, para que assim sintam segurança na ação educativa da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados obtidos possibilitou o encontro de uma resposta ao problema de pesquisa, que foi pautado no seguinte questionamento: os professores das escolas públicas de Joinville/SC reconhecem a Educação Sexual como medida de enfrentamento à Violência Sexual nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Mediante a pesquisa, a resposta é que os professores reconhecem que a Educação Sexual auxilia no enfrentamento à Violência Sexual e ainda compreendem que suas posições docentes oportunizam o auxílio ao enfrentamento das violências, uma vez que a atuação docente está vinculada à garantia dos direitos humanos e a lutas sociais.

Do mesmo modo, os participantes manifestam conhecimento básico com relação às medidas a serem tomadas perante situações de Violência Sexual. Dessa forma, a escola assume o papel central como rede de proteção às crianças, combatendo toda forma de discriminação e violência.

Já com relação ao objetivo geral da pesquisa, que compreendia verificar se a Educação Sexual é abordada nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas de Joinville/SC, constatou-se que sim, os professores participantes abordam e assumem em seus posicionamentos em sala de aula a relevância da Educação Sexual, porém, conforme exposto na análise de dados, essa abordagem acontece na maioria das vezes a partir das inquietações dos próprios alunos. Dessa forma, fica claro que a abordagem dessatemática precisa ser melhorada, pois ainda há distanciamento do ideal espaço que a Educação Sexual deveria ocupar nas escolas e a posição em que se encontra.

O tabu acerca da sexualidade no contexto escolar vem estimulando a desinformação sexual

que contribui para as subnotificações dos casos de Violência Sexual e para o silenciamento do crime de Abuso Sexual. Tal omissão por parte dessa importante instituição social, pode colaborar para a estagnação de políticas públicas que auxiliam no enfrentamento da Violência Sexual Infantil.

Quanto ao objetivo específico da pesquisa, que propôs investigar se a escola reconhece a Educação Sexual como uma forma de enfrentamento à Violência Sexual Infantil, entendeu-se que a instituição reconhece, entretanto, o tema é pouco mencionado no espaço escolar, e isso é demonstrado na falta de espaços de fala e formação continuada sobre Educação Sexual. Assim, ela ocorre de maneira superficial, mas tal posicionamento pode estar interligado com o modo como o Currículo norteador da educação brasileira trata a Educação Sexual.

A BNCC aborda a temática de forma extremamente sucinta, reduzindo a amplitude do tema à reprodução humana, desconsiderando não só a prevenção a abusos, mas também a diversidade e uma vida sexual saudável. Tal posicionamento inviabiliza a formalização dessa temática na escola, e pode resultar na desinformação em relação ao enfrentamento de violências, desencorajando também a atuação da escola e, conseqüentemente, dos professores em sala de aula.

A Educação Sexual, como ato político, possui objetivos claros de possibilitar conhecimentos conforme cada faixa etária. Quando pensada para crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, tem o objetivo de trabalhar conhecimentos do corpo e atuar na prevenção à Violência Sexual, já quando pensada para adolescentes dos anos finais, se refere à sexualidade e a uma vida sexual saudável.

Dessa forma, é necessário que haja um movimento do corpo docente para identificar e repassar para a gestão escolar os sinais de suspeita de Violência Sexual que as crianças possam estar sofrendo. Nesse cenário, os gestores como representantes da realidade social da instituição, estariam encarregados de levar os casos ao Poder Público como um problema social coletivo e crime que merece a devida atenção com a elaboração de medidas preventivas.

O reconhecimento da Educação Sexual como medida de enfrentamento à Violência Sexual Infantil por meio de leis, facilitaria a reestruturação do Currículo Base para que a temática fosse inserida o quanto antes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como forma de fortalecimento da garantia de direitos das crianças. A Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 assegura a proteção das crianças para viver sem violência e preservar sua saúde física e mental, entretanto, não menciona a Educação Sexual como um mecanismo de prevenção à Violência Sexual (BRASIL, 2017).

Encerra-se esse texto com a convicção de que há muito o que fazer acerca do reconhecimento da Educação Sexual como medida de enfrentamento à Violência Sexual Infantil. Sendo assim, como

ação para fortalecer a Educação Sexual na escola, e como sugestão possível após a conclusão do estudo, destaca-se que é preciso uma reformulação do Currículo para prever a abordagem da temática desde nos anos iniciais e legitimar a ação dos professores em sala de aula com relação à prevenção e identificação dos casos de Violência Sexual Infantil.

A escola, se tornando um local aberto para discussões sobre Educação Sexual, assumiria o papel de rede de proteção às crianças, aumentando as chances de notificações aos órgãos competentes e auxiliando no rompimento desse ciclo criminoso. Ademais, a Educação Sexual no âmbito escolar traria visibilidade da ocorrência de Violência Sexual Infantil, quebrando o silêncio e contribuindo para construção de políticas públicas que fortaleçam o enfrentamento desse problema social coletivo.

Desta forma, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013), como norteador das políticas públicas na área, reforça que a Violência Sexual Infantil é pouco discutida e assumida, também apresenta a necessidade de estruturação de políticas para assegurar ações preventivas à essa violência. Portanto, esse Plano Nacional é fundamental para apoiar a reformulação do Currículo Base, que contemple a Educação Sexual desde o início do Ensino Fundamental como medida de enfrentamento à essa violência.

Ressalta-se que a questão da Violência Sexual Infantil deve ser encarada especialmente na escola, porém é um problema de todos e é necessário que haja espaço fora do ambiente escolar para ser abordado, pois o silêncio só serve a quem a pratica.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Brasil, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. **Lei Nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Boletim Epidemiológico. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. V. 49,

n. 27, jun. 2018. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/07/2018-024.pdf>>. Acesso em: set. 2022.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Denúncias de violência sexual são maioria contra crianças e adolescentes.** Brasil, 2022a.

Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/maio-laranja/noticias-maio-laranja/denuncias-de-violencia-sexual-sao-maioria-contras-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: jun. 2022.

_____. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.** Brasília, 2013.

_____. Liberta: Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. **Uma violência silenciosa e subnotificada.** Disponível em:

<<https://instagram.com/reel/CiyX5QWglEs/?igshid=YmMYMTA2M2y=>>. Brasil, 2022b. Acesso em: nov. 2022.

_____. **Liberta:** Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Disponível em: <https://liberta.org.br/>. Brasil, 2022c. Acesso em: nov. 2022.

_____. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2021.** Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>>. Brasil, 2021. Acesso em: nov. 2022.

BOLZAN, Doris Pires Vargas; POWACZUK, Ana Carla Hollweg. Formação inicial e continuada na perspectiva da qualidade em educação. *In:* SIGNOR, Patrícia; HENZ, Celso Ilgo. **A necessidade da formação continuada no espaço escolar: a importância de refletir a prática.** Santa Maria, RS, 2014.

BRINO, R.F; WILLIANS, L.C.A. **Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil.** Cadernos de Pesquisa, Julho, 2003. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Autores Associados.

CAMPOS, Denise Carvalho; URNAU, Lilian Caroline. **Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Reflexão sobre o papel da escola.** 2021.

COIMBRA, Renata Maria; CAMARGO, Luciene dos Santos. **A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de Presidente Prudente.** UNESP, 2006.

DATAFOLHA. **73% dizem que educação sexual deve estar no currículo escolar.** Brasil, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/07/03/datafolha-73percent-dizem-que-educacao-sexual-deve-estar-no-curriculo-escolar.ghtml>>. Acesso em: out. 2022.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual:** retomando uma proposta, um desafio. Londrina, PR: Eduel, 2001.

_____, Mary Neide Damico. **Formação de Educadores Sexuais:** adiar não é mais possível. Londrina, PR: Eduel, 2006.

_____, Mary Neide Damico. **Educação Sexual:** múltiplos temas, compromisso comum. Londrina, 2009.

GARBARINO, Mariana Inés. **O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância.** São Paulo, 2021.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Educação Sexual: princípios para ação.** Brasil, 2011.

REIS, Verônica Lima dos; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Educação Sexual na Escola com a Participação da Família e o uso de Novas Tecnologias da Educação: Um Levantamento Bibliográfico.** Pelotas, RS, 2012.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Seropédica: EDUR, 2011.

JULIANO AGAPITO

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Concluído em 2023 (bolsista UNIEDU). Mestrado em Educação pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Licenciatura em Educação Física pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Segunda Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário de Jales (UNIJALES). Atua como docente da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de Joinville/SC, lecionando a disciplina de Educação Física. Também é docente da Educação Superior, no curso de Licenciatura em Pedagogia da Associação Catarinense de Ensino (ACE), Joinville/SC.

Recebido em 11 de dezembro de 2023.

Aceito em 03 de maio de 2025.